

Integração sul-americana¹

*Paulo Roberto Costa e Silva**

CENÁRIO

A Estrutura Mundial de Poder

O despertar do novo milênio nos apresenta um mundo de polaridades indefinidas, em contraposição às polaridades definidas da Guerra Fria. Antes, a realidade internacional era ditada pelo confronto ideológico entre o Leste e o Oeste e pelo abismo social e econômico que separava o Norte do Sul. As iniciativas de cooperação tendiam a centrar-se dentro de um mesmo bloco, e algumas iniciativas regionais de integração reuniam países em desenvolvimento, sem incluir os desenvolvidos.

A realidade fluida das polaridades indefinidas permite a coexistência das forças agregadoras advindas da liberalização econômica com forças políticas de fragmentação. Nesse plano, verifica-se a recorrência de situações instáveis: o fim da União Soviética e da Iugoslávia e o recrudescimento dos conflitos localizados na África. As ameaças militares de larga escala foram superadas, mas a insegurança aumentou. Os novos inimigos dos Estados não são outros Estados, mas novos atores militarmente organizados: os cartéis do tráfico de drogas, as organizações terroristas, os traficantes de armas e os radicalismos religiosos. As grandes potências entendem que esses novos desafios exigem novos mecanismos, entre os quais

instrumentos adicionais de cooperação com o mundo em desenvolvimento capazes de manter sob controle essas e outras ameaças.

A supremacia norte-americana e o regime de polaridades indefinidas conduzem a um mundo diferenciado em três níveis: o nível dos países dirigentes, o nível dos países relativamente autônomos e o nível dos países condicionados ou dependentes.

Em termos estritos, os Estados Unidos se converteram, atualmente, no único país integralmente soberano. Dispõem do poder de veto, não apenas no ritual do Conselho de Segurança, mas no nível das efetividades, de qualquer deliberação internacional de maior relevância ou conflitante com importantes interesses norte-americanos. São, por outro lado, partícipes indispensáveis de qualquer iniciativa internacional mais importante que aspire a ter êxito. São militarmente invulneráveis, dispondo, concomitantemente, da capacidade de eficazmente interferir, inclusive em termos militares, em qualquer lugar do mundo. Entretanto, não reúne efetivas condições para exercer a hegemonia do poder mundial. A atuação internacional dos Estados Unidos está sujeita a requisitos de legitimação dependente de aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, em última instância, dos países europeus, notadamente França e Alemanha.

Essa circunstância, somada ao peso próprio de que dispõe a União Européia, confere aos países europeus, embora em grau menor, co-participação, com os Estados Unidos.

¹ Transcrito do portal RESERVAER, por correio eletrônico.

* O autor é Coronel de Artilharia.

no nível dos países dirigentes. Desse nível, também em menor grau, co-participa o Japão, inicialmente pela sua condição de segunda potência econômico-tecnológica do planeta, e, depois, pelo fato de os Estados Unidos dependerem do alinhamento japonês para manter sua influência no leste da Eurásia.

O segundo nível de estratificação mundial do poder é ocupado por países relativamente autônomos, países que dispõem de condições para resistir à supremacia norte-americana, mas não para frontalmente contestá-la. Essa posição é tipicamente a da China e a da Rússia. Índia e Irã participam, em menor grau, desse nível. O Brasil, pela função catalisadora que exerce no plano regional sul-americano, pela convivência em harmonia crescente no plano mundial e pelas potencialidades econômicas que apresenta, pode ser enquadrado nesse nível.

O terceiro nível de estratificação internacional é o dos países condicionados ou dependentes, também conhecidos como periféricos, que compreende o resto do mundo. Esse nível é predominantemente ocupado por países submetidos, sem relevantes opções próprias, à lógica econômico-tecnológica do sistema europeu-americano.

Globalização e Regionalização

A Globalização pode ser considerada como o fenômeno mais determinante ocorrido na transição para o terceiro milênio. Embora alguns estudiosos considerem que não é um fenômeno novo, que foi buscado por todos os povos que chegaram ao auge de sua civilização como uma forma de estratificar o exercício do poder e não ter resistências ao atendimento de suas necessidades, a atual onda globalizante se caracteriza pelo predomínio

da tecnologia e do poder econômico, ainda que impregnada de um forte componente ideológico.

Esse componente ideológico combate o Estado Nacional soberano, defende a competição econômica em lugar da cooperação, transfere riqueza das nações pobres para as nações ricas, marginaliza o ser humano. Busca a perpetuação do predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos, mantendo as nações periféricas como fornecedoras de matérias-primas e *commodities* em benefício das mais industrializadas e desenvolvidas. Procura retirar da pauta o tema desenvolvimento nacional, derruba as fronteiras e modifica o conceito de soberania para que os países dirigentes possam exercer o controle sobre os recursos de toda ordem das nações menos favorecidas.

Os efeitos da Globalização se processam em todas as Expressões do Poder Nacional, pela interferência direta dos seus mecanismos em todos os fundamentos e fatores.

Na Expressão Política, tem contribuído para alterar o papel do Estado, posto que a ênfase da ação governamental está direcionada para a criação e sustentação de condições estruturais e de competitividade em escala global. Em decorrência da necessária disciplina fiscal e austeridade de gastos públicos, o Estado tem cada vez menos opções em termos de política econômica, devendo canalizar seus recursos para as obras de infra-estrutura e os serviços públicos essenciais.

Na Expressão Econômica, traduz-se a forma mais perversa dos efeitos gerados pela Globalização, pois a mobilidade dos fluxos financeiros, a suscetibilidade das bolsas de valores às crises reais ou imaginadas e o poder manipulador que as economias mais desenvolvidas exercem sobre esses capitais voláteis podem afetar a estabilidade econômica e o

desenvolvimento das nações menos favorecidas em questão de horas.

Na Expressão Científica e Tecnológica, aprofunda-se o fosso entre as grandes potências e os demais países, impondo-se uma verdadeira “ditadura tecnológica” que afeta diretamente a dinâmica produtiva, o nível e a qualidade das pesquisas realizadas, a biodiversidade ambiental, os níveis de bem-estar e o próprio desenvolvimento do Estado.

Na Expressão Psicossocial, a Globalização vem afetando o nível de emprego nos países, tendo como conseqüências imediatas o incremento alarmante da economia informal e da marginalização social, a queda do poder aquisitivo das pessoas, o achatamento entre as classes sociais, a diminuição dos índices de desenvolvimento humano e aumento da criminalidade, com sérios reflexos na soberania dos Estados.

Na Expressão Militar, verifica-se um grande paradoxo, pois enquanto as megapotências investem pesadamente na produção de armamentos cada vez mais sofisticados e adquirem um poderio jamais imaginado antes, mercê das tecnologias avançadas e de mecanismos que impedem a sua transferência para as nações menos desenvolvidas, procura-se reduzir os efetivos e equipamentos e transformar as Forças Armadas destas nações em gendarmarias ou forças policiais de combate ao tráfico de drogas e à delinqüência comum, retirando-lhes o papel que sempre lhes coube de guardiãs da democracia, da soberania e da integridade territorial dos seus países. Nesse contexto, procuram impor novos conceitos e até mesmo novas doutrinas que atendam a seus interesses, tais como “soberania limitada”, “direito de ingerência”, “internacionalização” de áreas estratégicas, exércitos “transnacionais”, “Força de Paz Mundial” e outros.

Contraopondo-se a esse processo, as nações empreendem esforços para minimizar seus efeitos negativos, compondo-se em blocos regionais que lhes permitam melhores condições de negociação com outros blocos e uma postura política de maior peso específico: é a Regionalização.

A Regionalização surge como a nova tendência mundial, e aí se insere o importante papel que deverão assumir as potências ascendentes, entre elas o Brasil. A formação de blocos regionais deverá se acentuar e firmar-se durante o processo de Globalização. Os Estados Nacionais não desaparecerão, nem as contradições entre as nações se atenuarão. Entretanto, a Regionalização se constituirá, como recurso crescente de consenso, na alternativa para o amanhã, para ter como condição de sobrevivência o “megaestado” resultante da conformação do bloco regional.

A economia mundial globalizada está polarizada em três blocos, cada um com suas características próprias: o Nafta, liderado pelos Estados Unidos, a União Européia, liderada pela Alemanha, e o Leste Asiático, liderado pelo Japão. Dificilmente as nações em desenvolvimento deixarão de ser isoladamente atraídas por um desses três pólos de influência política e econômica. A inserção dessas nações nesses blocos, em função dos desequilíbrios de poder, poderá levá-las a um novo tipo de colonialismo, se não forem criados os mecanismos capazes de fortalecê-las. A saída encontrada é a subpolarização, ou seja, a formação de blocos regionais de menor porte.

Globalização e Regionalização não são processos excludentes. Ao contrário, se complementam e se regem um ao outro, andam juntos no rumo da liberalização global dos mercados, podendo a Regionalização ser vista como um estágio para se alcançar a Globalização.

OS ATORES

Mercosul

Diante de um panorama de crescente marginalização econômica, política e estratégica, causado, sobretudo, pelas mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial, de redução do fluxo de investimentos e de dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, Brasil e Argentina viram-se diante da necessidade de redefinirem sua inserção internacional e regional. Dentro dessa nova estratégia, a integração passou a ter papel importante na criação de comércio, na obtenção de maior eficiência com vista à competição no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais.

Em 6 de julho de 1990, Brasil e Argentina firmaram a “Ata de Buenos Aires” mediante a qual fixaram a data de 31/12/1994 para a conformação definitiva de Mercado Comum entre os dois países. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados a incorporar-se ao processo de integração, tendo em vista a densidade dos laços econômicos e políticos que os unem ao Brasil e à Argentina e as facilidades de comunicação propiciadas pela infraestrutura de transportes dos quatro países. Como consequência, foi assinado, em 26 de março de 1991, o “Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul”.

O Tratado estabeleceu, fundamentalmente, as condições para se alcançar, até 31/12/94, a União Aduaneira entre os Estados Partes, etapa anterior ao Mercado Comum.

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, encerrou-se o “período de transição” do Mercosul. O Protocolo deu ao processo de integração o perfil completo de uma União Aduaneira, passando o Mercosul a contar com uma estrutura

definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicionado Mercado Comum. Além disso, o Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a personalidade jurídica de direito internacional do Mercosul, o que possibilitou ao bloco a aquisição de direitos e a sujeição a obrigações como uma entidade distinta dos países que a integram e ainda negociar como bloco acordos internacionais.

O período de consolidação do Mercosul, inaugurado a partir da Cúpula de Ouro Preto, foi marcado por um significativo avanço do processo de integração, com um exuberante incremento do intercâmbio comercial entre os países e pela multiplicação de investimentos realizados não somente por parte de empresas locais, mas também por empresas multinacionais que perceberam as enormes possibilidades desse novo mercado ampliado de 200 milhões de consumidores.

Os resultados não se limitaram ao campo econômico-comercial. Os governos dos quatro países aproximaram-se, enriqueceram seu entendimento sobre as distintas realidades da sub-região e passaram a envidar esforços no sentido de estabelecer normas e programas conjuntos para as mais diversas áreas de atuação governamental: educação, saúde, segurança, defesa do meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento, fomento do turismo, entre outros.

As negociações foram ampliadas, dentro e fora do subcontinente. Chile e Bolívia passaram a fazer parte do bloco, como “estados associados”, e importantes relações foram travadas com a União Européia, a Índia, a África do Sul e a Comunidade Andina de Nações. É a prática do “regionalismo aberto”, que procura privilegiar os vizinhos imediatos nas relações comerciais, mas que não se constitui em fortaleza fechada para a comunidade internacional.

As crises permearam o âmbito regional e atingiram cada país isoladamente. A crise do real de 1999 gerou contenciosos econômico-comerciais entre Brasil e Argentina que, por vezes, transcendeu para o âmbito político. A severa crise por que passa hoje a Argentina, visto por alguns analistas como um processo de depressão crônica, atinge diretamente o Brasil e os demais parceiros e ameaça a estabilidade do Mercosul.

O modelo econômico implantado na Argentina pelo presidente Menem, a partir de 1991, com Domingo Cavallo no comando da economia, centrado na política de conversibilidade (paridade do peso com o dólar na base de um por um) e na modernização do Estado, ajudou o país a crescer de forma sustentada durante um longo período, mas produziu efeitos colaterais dramáticos, tais como: o expressivo aumento dos índices de desemprego; a paralisação do processo de modernização produtiva; o aumento da fragilidade macroeconômica do país; a aceleração do processo de desindustrialização e desnacionalização econômica; o desestímulo a novos investimentos; e o espetacular aumento do endividamento dos agentes econômicos públicos e privados em dólares.

Hoje, a maioria dos analistas econômicos tem consciência de que a conversibilidade se transformou numa camisa-de-força. Apontam que o modelo está esgotado, debilitado, serviu brilhantemente a seus propósitos durante quase uma década, mas gerou artificialismos insustentáveis. O Ministro da Economia, Domingo Cavallo, defende uma saída progressiva e ordenada da conversibilidade. Em essência, apregoa uma flexibilização mediante a substituição do dólar, como ancora, por um índice calculado em função de uma cesta de moedas, composta pelo dólar e pelo euro. É o início do programa

de “pró-reativação econômica”, que até aqui não tem gerado efeitos alentadores.

Além disso, a recente derrota do governo argentino nas urnas, a oposição feita pelos governadores às medidas implementadas pelo Presidente De La Rúa, a pressão interna gerada pelos reclamos da população e as pressões externas fomentadas pelos agentes econômicos internacionais, que classificaram a taxa de risco argentina como a mais elevada do mundo, levaram o governo a decidir, de forma unilateral, pela reestruturação do pagamento da sua dívida, o que foi visto pela comunidade internacional como uma disfarçada declaração de moratória. Os analistas econômicos vêem hoje a situação argentina como a “iminência do caos”.

O Paraguai vive uma crise política desde o assassinato do Vice-Presidente Luis Maria Argaña e a renúncia do Presidente Raul Cubas, em março de 1999. Carente de legitimidade, o governo de Gonzalez Macchi não conseguiu se afirmar e produzir a estabilidade e as reformas necessárias ao progresso do país e à pacificação nacional. A falência do modelo econômico herdado do período Stroessner, embasado no contrabando, na expansão da fronteira agrícola e nas grandes obras públicas possibilitadas por financiamentos internacionais, faz com que a crise política ocorra num contexto de falência financeira do Estado, acuado por um déficit fiscal crescente e por pressões sobre as reservas internacionais.

A conjuntura econômica do Uruguai é marcada pela recessão econômica, pelo impacto gerado nos mercados internacionais pela detecção de foco de febre aftosa no país, pelo enérgico combate ao contrabando e à lavagem de ativos, pela conturbada aprovação de orçamento para 2001 e por seguidos pronunciamentos sobre profundas reformas estruturais a serem efetuadas nos próximos anos.

No contexto de todas essas crises, o Mercosul se posiciona como um processo irreversível, que não pode sucumbir a uma conjuntura difícil. Novas prioridades vêm sendo estabelecidas, para realizar as mudanças de rumo necessárias. Com esse intuito, o governo brasileiro deu início, em meados do ano passado, a um esforço de reflexão, no âmbito interno, que desembocou na noção aglutinadora de “relançamento” do Mercosul, caracterizando assim o início do seu terceiro período.

O termo “relançamento” busca exatamente evocar o espírito presente em Assunção e em Ouro Preto, quando os governos dos Estados Partes acordaram adotar agendas forjadas com ambicioso, mas sóbrio, senso de perspectiva.

O debate atual está centrado, pois, no futuro do Mercosul. Mais do que pelas crises que freqüentemente o abalam, o futuro do Mercosul deve ser examinado no horizonte da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Alca passou a ser a primeira prioridade real na política externa dos Estados Unidos. Como ficará o Mercosul se a Alca vier a se tornar realidade nos próximos cinco anos, segundo cronograma recentemente aprovado pelos 34 países do continente? Há duas hipóteses radicalmente opostas. Na primeira, se tiver abandonado o seu propósito fundamental e não for mais do que uma zona de livre comércio regional, o Mercosul será extinto, por tornar-se redundante como parte de um conjunto maior, de uma zona de livre comércio continental. Na segunda, se conseguir firmar-se como um Mercado Comum, nos moldes da União Européia, o Mercosul sobreviverá.

Parceiros associados

Denominamos “parceiros associados” ao Chile e à Bolívia, porque nesta condição eles passaram a fazer parte do Mercosul, sendo,

inclusive, partícipes das reuniões de cúpula do Mercado e beneficiários de vários de suas cláusulas comerciais. O Chile tem adotado a postura de ser um negociador independente com vários países e blocos econômicos e tem a expectativa de ingressar em definitivo no Mercosul no ano de 2004. A Bolívia, membro da Comunidade Andina de Nações, em razão de seus laços com Brasil e Argentina, em particular no comércio do gás natural, também acena com o seu ingresso no Mercado do Cone Sul até o ano de 2010.

Chile e Brasil tradicionalmente têm tido relações amistosas. Hoje em dia, o caráter positivo das relações bilaterais deve-se à percepção que ambos os países têm dos benefícios que podem advir de um estreitamento de cooperação em diversas áreas, tais como política, defesa, economia, comércio, tecnologia, ciência, cultura, etc., além da convergência de ambos os governos com relação aos benefícios resultantes da integração regional.

A Bolívia tem vivido nos últimos dois anos um quadro de instabilidade social e política, em razão da orientação da política econômica do governo, que teria contribuído para o agravamento dos problemas sociais, pela questão do narcotráfico, no contexto do plano de erradicação do plantio da coca, e pelo isolamento político do governo, agravado com a renúncia do presidente Banzer, por motivo de doença.

As relações do Brasil com a Bolívia caracterizaram-se por grande dinamismo na última década, impulsionadas pela crescente integração energética, física e comercial e pela cooperação no plano multilateral. A integração energética engloba vários subtemas, como a ampliação do volume de vendas de gás boliviano, a construção de novos gasodutos, a construção de termelétricas, a exportação de eletricidade para o Brasil e a implantação de um

pólo petroquímico na fronteira. Entre os eixos de integração física, destaca-se o Eixo Brasil – Bolívia – Paraguai – Chile – Peru, obra prioritária por viabilizar uma das possíveis conexões bioceânicas e a integração física entre o sudeste boliviano e o centro-oeste brasileiro. O fluxo comercial tende a se fortalecer, tanto no estreitamento entre o Mercosul com a Comunidade Andina, como no âmbito bilateral.

Comunidade Andina

O Acordo de Cartagena de 1969, mais conhecido como Pacto Andino, estabeleceu as bases para a formação de um mercado comum constituído pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Seus principais objetivos são: promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países signatários; acelerar seus crescimentos mediante a integração econômica; e facilitar suas participações no processo de integração previsto. Com as transformações impostas pela nova ordem mundial, evoluiu para o que hoje se constitui na Comunidade Andina de Nações (CAN), o segundo bloco econômico regional em importância, que abriga uma população de cerca de 100 milhões de habitantes.

Dotado de personalidade jurídica própria, a CAN tem sido um parceiro de peso nas transações comerciais não somente com o Brasil, mas também com o Mercosul. As conversações entre os dois blocos resultaram na assinatura de um acordo para a criação de uma Zona de Livre Comércio entre ambos até o final de 2001, elo fundamental para a construção de uma comunidade de nações latino-americanas e um elemento determinante de uma integração sul-americana.

A ativa liderança exercida pelo Brasil no processo de paz Equador-Peru e a atuação do Exército Brasileiro na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), que

fiscalizou o cumprimento dos termos do acordo de paz na região de fronteira entre os dois países, criaram condições favoráveis para o fortalecimento das relações bilaterais, que se traduzem num diálogo fluido e construtivo entre o Brasil e os dois países e pela intensificação dos programas nas áreas cultural e de cooperação técnica.

Pode-se afirmar que as relações da Colômbia com a comunidade internacional e, em especial, com os seus vizinhos da região têm sido pautadas, pelo menos nos últimos quatro anos, quase que essencialmente pelo tema do combate ao narcotráfico e pelos esforços de pacificação do país. Desde que assumiu o governo, em 1998, o Presidente Pastrana tem procurado implementar sua “diplomacia pela paz”, buscando no exterior o apoio político-diplomático e também financeiro de que tanto necessita para ver concretizados seus objetivos de campanha que o levaram à Presidência. O Plano Colômbia e as negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) vêm assim mobilizando a maior parte das ações externas do país.

O Brasil tem seguido, até o momento, três linhas mestras em seu posicionamento frente à situação colombiana: apoio ao processo de paz (inclusive por intermédio de componentes de cooperação técnica), defesa da soberania e independência colombianas na condução desse processo e repúdio a ingerências externas unilaterais.

O Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (ACE-39), concluído no âmbito das negociações do Brasil com a Comunidade Andina, em vigor desde agosto de 1999, ampliou significativamente o número de produtos colombianos contemplados com preferências tarifárias, perfazendo a maior parte das exportações da Colômbia para o Brasil. Este acordo transitório é

mais um passo na negociação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a CAN.

País com forte tradição estatal, o Peru pareceu, durante a maior parte do governo Fujimori, ser a nação mais estável da região andina, mas os excessos autoritários, os abusos de poder e os processos de corrupção articulados nos mais altos níveis do governo, que levaram à derrocada de Fujimori, deixaram o país traumatizado e o conduziram a uma fase de acentuada instabilidade política. O governo provisório de Paniágua teve um papel fundamental de reabilitar as instituições e restaurar a imagem internacional do país.

O presidente empossado em 28 de julho de 2001, o economista Alejandro Toledo, terá pela frente a árdua tarefa de reorganizar o país, em estado de estagnação econômica e ainda instável politicamente. Sua tarefa se complica pela necessidade de fazer alianças políticas para obter maioria num Congresso bastante dividido.

O relacionamento bilateral Peru-Brasil é fluido e melhorou sensivelmente após a participação brasileira no processo de paz daquele país com o Equador. Há um incremento do comércio bilateral, e os dois países dispõem de ativos mecanismos de cooperação, em particular na área de fronteira e no processo de integração física que se materializará com o término da rodovia que ligará o Brasil ao porto peruano de Ilo, no Pacífico.

A análise dos principais dados estatísticos relativos ao ano de 2000 aponta uma recuperação econômica alentadora na Venezuela, sustentada, é verdade, pelas altas do preço do petróleo: crescimento do PIB em 3,2%, inflação de 13,4%, diminuição em dois pontos percentuais da taxa de desemprego, aumento das exportações não-petróleo em 25% e incremento de investimentos estrangeiros também da ordem de 25%. As reservas internacionais situam-se hoje

em torno dos US\$ 22 bilhões, suficientes para quase dois anos de importações. A meta de crescimento para o ano 2001 é de 4%, e tudo indica que será alcançado sem problemas.

A situação política caminha a reboque da personalidade de Hugo Chávez, figura polêmica que vem circulando com grande desenvoltura no cenário regional e internacional. Já se nota um certo desgaste no plano interno, tendo havido inclusive rumores de golpe, rebatidos com a possibilidade de decretação de "estado de exceção".

As relações bilaterais com o Brasil seguem ritmo previsível de paulatino aprofundamento, com bom clima de confiança mútua. A cooperação e o intercâmbio das informações e experiências exige, ainda, certo esforço exploratório, em áreas como vigilância e segurança amazônica, saúde, ciência e tecnologia. Em outros campos, está otimizado, no limite do possível, o controle e a prevenção da mineração ilegal, integração física e transportes.

Coadjuvantes

A relação externa mais importante do Suriname continua sendo com sua ex-metrópole, a Holanda, com a qual mantém vínculos estreitos desde a sua independência, em 1975. Tais vínculos vinham sendo materializados especialmente na forma de auxílio financeiro e de cooperação técnica, definidos em acordos assinados com a independência.

Divergências com governos surinamenses, nos últimos 20 anos, reduziram a intensidade da cooperação holandesa, levando à sua virtual paralisação na administração do Presidente Widenbosh, que antecedeu a atual, do Presidente Ronald Venetian.

Como conseqüência, o Suriname sofreu um forte impacto em sua economia. Houve um descontrole cambial, acompanhado pela des-

valorização da moeda, do virtual esgotamento das reservas internacionais e do afastamento dos investidores estrangeiros.

Em busca de alternativas para sair da crise, o Suriname tem procurado aproximar-se dos países caribenhos e sul-americanos, em especial com o Brasil e com o Mercosul. Ao Brasil interessa manter relações dinâmicas e intensas com o Suriname, com quem compartilha grande parte da fronteira amazônica. É importante assinalar que vivem naquele país cerca de 40 mil brasileiros, garimpeiros em sua grande maioria, que representam cerca de 10% da população surinamense.

A relação com o Suriname pode apresentar bom potencial de intensificação a partir da implementação da interconexão rodoviária com o Brasil. O Suriname é atravessado pelo chamado "Arco Norte", projeto de rodovia que interligará Macapá a Boa Vista, passando por Caiena, Paramaribo e Georgetown. A conclusão dessa rodovia viabilizará o aumento do comércio bilateral, ora em níveis muito baixos, com significativos benefícios para o Norte do Brasil, em especial para os estados do Amapá, Amazonas e Roraima.

O "Arco Norte" igualmente estimulará o comércio com a Guiana e redundará em benefícios para ambos os países. A Guiana manifestou interesse em acesso preferencial ao mercado brasileiro (arroz, açúcar, rum e pescados), e os entendimentos estão bastante adiantados. Também o Mercosul é visto com bastante interesse pela Guiana.

Orientada por organismos financeiros internacionais e apoiada por países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a Guiana tem sido apontada como uma das experiências mais bem-sucedidas de ajuste estrutural. Há vários anos aquele país implementa programas cujas metas foram antes acerta-

das com o FMI e com os países que mais diretamente vêm apoiando o processo de recuperação guianense.

A principal consequência desses programas é que a economia da Guiana é a que mais cresceu no continente americano na década de 1990. O déficit público está sob controle, um processo de privatização está sendo implementado, a pauta de exportações dos seus principais produtos está crescendo e a inflação encontra-se bastante reduzida.

Apesar dos bons resultados alcançados até aqui, a Guiana ainda padece de graves problemas de infra-estrutura e sofre com a fragilidade do setor produtivo e da capacidade investidora do governo, atrelado ainda a um grande endividamento externo.

AGENTES DE INFLUÊNCIA

Organizações Internacionais ONU

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas (ONU), assinada em 24 de outubro de 1945 pelos representantes das 50 nações presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, reunida em San Francisco, Estados Unidos da América, expressava os ideais e os propósitos comuns dos povos, cujos governos se uniam para criar a Organização das Nações Unidas. Por meio desse instrumento, a ONU se propunha a ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos na consecução de objetivos comuns, a saber: manutenção da paz e da segurança; desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, dentro dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Com sede em Nova York, a ONU é formada por seis órgãos principais: a Assembléia

Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

A Assembléia Geral é constituída por todos os estados-membros, hoje em número de 185, e reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária para tratar de temas de interesse dos Estados.

Já o Conselho de Segurança está organizado para exercer permanentemente as suas funções e está constituído por 15 membros, dos quais cinco permanentes e 10 não permanentes. Os cinco permanentes e apenas eles detêm o poder de veto, o que subtrai da ONU o ideal de universalidade a que se propunha para transformá-la num instrumento de ação desses membros: Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China. Os 10 membros não permanentes, dentre os quais está o Brasil, são escolhidos entre os demais países integrantes, segundo o critério de representatividade continental, por sistema de rotatividade, com mandato de dois anos.

Duas críticas contundentes se fazem à ação do Conselho de Segurança e estão a exigir uma reforma estrutural. A primeira é a de agir segundo os interesses particulares das potências que manobram poder de veto, portanto na contra-mão da história, e a segunda é a de que o mundo de hoje não é mais o de cinco décadas atrás, existe uma nova estrutura de poder mundial, novas potências ascenderam ao patamar das outrora cinco grandes, e, portanto, há necessidade de ampliação e redefinição dos seus membros. Já existe um consenso de que o Japão e a Alemanha sejam incluídos nesse seleto rol, porém, outros países emergentes, como o Brasil, a Índia e a África do Sul, também desejam a sua inclusão como membros permanentes.

A ONU, com o passar dos anos, agregou instituições e entidades como a Organização

Mundial do Trabalho (OIT), a Organização de Agricultura e Alimentação (FAO), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), tornando-se cada vez mais burocratizada e cada vez mais uma organização a serviço dos interesses das grandes potências.

Para agravar o quadro acima, a ONU enfrenta uma séria crise financeira, principalmente em razão da inadimplência de vários de seus membros, o que tem tornado sua capacidade de atuação bastante limitada.

Em conseqüência dos problemas citados, existem hoje na ONU cinco grupos de trabalho estudando a expansão do Conselho de Segurança, as medidas para limitação da burocracia, a reestruturação das finanças e a organização das agendas para a paz e o desenvolvimento, para que a ONU readquira o seu prestígio e deixe de ser apenas um depósito de “capacetes azuis” a serem remetidos para áreas conflituosas. O mundo globalizado não pode prescindir dessa organização para que as nações possam se entender, discutir seus antagonismos e buscar soluções para os seus problemas.

OEA

A Organização dos Estados Americanos (OEA) congrega 34 países da América e é uma espécie de repartição regional das Nações Unidas, representando para o continente o que a ONU é para o mundo. Muito embora a OEA seja independente em assuntos pertinentes ao continente americano, são bastante estreitas as relações entre as duas organizações.

São objetivos da OEA: a consolidação da paz e da segurança nas Américas; a solução pacífica de dissídios entre as repúblicas americanas; o estabelecimento de uma ação conjunta para a repulsa de agressão dirigida contra

qualquer república americana; e a promoção em conjunto do desenvolvimento econômico, social e cultural dos países americanos.

São seus princípios básicos: as relações entre as repúblicas americanas pautam-se pelo direito internacional e pela boa fé; gozam essas repúblicas de paridade no seio da OEA, não podendo nenhum Estado americano intervir nos assuntos de outro; os dissídios devem ser solucionados pacificamente e os atos de agressão contra qualquer um deles serão interpretados como agressão contra todos. Este último princípio foi consagrado pelo Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (Tiar), mas, ao deixar de ser cumprido durante a Guerra das Malvinas, quando os Estados Unidos apoiaram a Inglaterra em guerra contra a Argentina, pôs em risco a credibilidade da OEA, situação que perdura até hoje. Ironicamente, o Tiar voltou a ser invocado após os atentados terroristas aos Estados Unidos.

A Alca

Em dezembro de 1994, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de reunir, em Miami, 34 chefes de Estado e de Governo na chamada Cúpula das Américas. Na Declaração de Princípios, os líderes identificaram a integração econômica e o livre comércio como elementos essenciais para a prosperidade dos povos do continente americano, estabelecendo que deveria ter início imediatamente a construção da "Área de Livre Comércio das Américas", a Alca, na qual as barreiras ao comércio seriam progressivamente eliminadas. Estabeleceram, ainda, que as negociações nesse sentido deveriam estar concluídas até o ano de 2005.

A iniciativa norte-americana, que é hoje uma prioridade do Governo dos Estados Unidos, vem criar um poderoso bloco econômico sob a sua égide, capaz de enfrentar a União

Européia, antecipando-se mesmo a iniciativas semelhantes que pudessem partir daquele bloco, mercê das crescentes negociações bilaterais entre a UE e países ou blocos econômicos do continente americano.

A Alca, se concretizada, será a maior área de livre comércio do mundo, com um mercado de 800 milhões de habitantes e um PIB de quase US\$ 11 trilhões. A discussão em torno da Alca diz respeito às condições em que os Estados latino-americanos irão negociar, tendo em vista o gigantesco desequilíbrio de forças, particularmente no tocante à economia, ao conhecimento científico e ao abismo tecnológico que os separa dos Estados Unidos.

O Brasil adota uma posição cautelosa e deseja a implantação da Alca em ritmo lento e gradual para evitar um choque nas economias menores, priorizando uma expansão e fortalecimento do Mercosul, para que este, como bloco, dotado de personalidade jurídica própria, possa ingressar na Alca em melhores condições. O Brasil deseja negociações equilibradas, que atendam aos interesses nacionais. Espera, ainda, poder continuar como um *global-trader*, um mercado aberto para o mundo, negociando com a União Européia, Japão, China e outros. O governo continuará insistindo na necessidade de incluir nas discussões sobre a Alca questões-chaves, como a elaboração de uma legislação *antidumping* comum aos países do hemisfério e a eliminação dos subsídios concedidos aos produtos agrícolas, considerados intocáveis pelos Estados Unidos.

As II e III Cúpulas das Américas, realizadas respectivamente em abril de 1999 em Santiago e em abril de 2001 em Quebec, deram significativos passos no processo de conformação da Alca. Havia um grande interesse norte-americano, em particular do governo Clinton, em antecipar o início da Alca, o que

foi firmemente rechaçado pelo Brasil, que conseguiu fazer valer sua posição em Quebec, de sorte que ficou estabelecido o início do funcionamento da Alca em janeiro de 2006.

Tratados regionais

Tratado da Bacia do Prata

As negociações que levaram ao Tratado da Bacia do Prata tiveram início em 1967, quando se realizou, em Buenos Aires, a 1ª Reunião de chanceleres dos países da região. O Tratado representou o primeiro esforço para transformar a “fronteira de separação” em “fronteira de cooperação”, criando condições para um desejável diálogo político entre seus signatários e possibilitando a esses, ao mesmo tempo, concertar programas concretos de cooperação com vistas à integração física da região.

O Tratado criou a moldura jurídico-diplomática que visa ordenar o relacionamento entre os países da região e em torno do qual foram geradas as condições que permitiram as negociações nas reuniões de chanceleres das questões mais relevantes do aproveitamento dos recursos hidrelétricos do Rio Paraná.

O Tratado da Bacia da Prata foi assinado por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, em 23 de abril de 1969, em Brasília, quando da 1ª Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata. Entrou em vigor em 14 de agosto de 1970.

O Tratado estabeleceu, no seu artigo 1º, que “às partes convém conjugar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física dos países do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável”. Para tal fim, deverão promover, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação

de entendimentos operativos e instrumentos jurídicos que estimem necessários.

Tratado de Cooperação Amazônica

Esse Tratado, firmado em Brasília em 3 de julho de 1978, é composto pelos oito países da Bacia Amazônica, a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Visa promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição eqüitativa dos benefícios do progresso decorrente entre as partes acordadas, com o objetivo de elevar o nível e a qualidade de vida dos seus povos. Tem, ainda, a finalidade de buscar a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, conscientes de que tanto o desenvolvimento socioeconômico quanto à preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado, e que a cooperação entre as partes servirá para facilitar o cumprimento destas atividades.

O Tratado de Cooperação Amazônica traduz a preocupação dos países amazônicos de conservação da Amazônia, no sentido de repudiar qualquer intervenção dos países de economia cêntrica.

O Tratado não teve o sucesso esperado em termos de defesa da Amazônia. A apresentação de poucos resultados de real alcance e profundidade ensejou, por parte do governo brasileiro, sabidamente o mais preocupado com a questão da importância política e estratégica da Amazônia, duas medidas, uma paralela e de caráter interno, que foi o Projeto Calha Norte, e outra, de caráter externo, que foi a proposta de uma emenda que viabilize a instalação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Essa modificação na estrutura institucional do Tratado dotará o mesmo de personalidade

jurídica e de uma Secretaria permanente, com sede em Brasília. Isso redundara num maior dinamismo para o Tratado e resultará em benefício para todos os integrantes.

O enfoque estratégico, que caracteriza o tratado como instrumento diplomático de coordenação dos países membros, desponta como a garantia de ser um instrumento eficaz de projeção mundial de tão promissora região, livrando-a da perigosa e danosa cobiça internacional ou da singular fama de ser apenas um conjunto de problemas.

Organizações Não-Governamentais

Cada vez mais presentes no cenário internacional, cada vez mais atuantes, organizadas e motivadas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) são agentes de influência ponderável em todos os temas da agenda internacional. De cerca de 1.000, em 1958, elas passaram a 18.000, em 1990, e hoje já ultrapassam a casa dos 32.000 em todo o mundo.

O primeiro questionamento que se faz a seu respeito é o dos seus reais objetivos, nem sempre explicitados e de acordo com as finalidades declaradas. Muitas vezes são apenas organizações de fachada para defender interesses de grupos políticos ou econômicos, minorias marginalizadas, ou até mesmo de Estados, caracterizando, neste último caso, as ONGs "Governamentais".

Outro ponto de questionamento diz respeito ao seu financiamento. Quem está por trás das ONGs, bancando toda a sua estrutura, mobilização, propaganda, etc.? Estudos a respeito, em nível mundial, indicam que 40% da receita das ONGs são provenientes de fontes governamentais, o que ratifica a caracterização paradoxal das ONGs Governamentais, aludida no parágrafo anterior. Pesquisa recente realizada em âmbito nacional revelou que 83% dos re-

ursos das ONGs que atuam no Brasil são oriundos de agências internacionais, 7% da venda de produtos e serviços e 3% são providos pelo governo brasileiro.

As ONGs mobilizam-se em defesa das chamadas "causas nobres": direitos humanos, direitos das minorias, justiça social, defesa dos povos indígenas e defesa do meio ambiente.

Às chamadas "causas nobres" vêm-se juntando e propalando novas idéias ou temas de alcance mundial, algumas bastante ameaçadoras à soberania e à integridade territorial dos Estados, a saber: selo verde, com influência direta no patenteamento dos produtos e sua comercialização; antidumping social; doutrina da soberania limitada; interferência humanitária; dever de ingerência; direito de intervenção; internacionalização da Amazônia; novo papel para as Forças Armadas (dos países "periféricos").

A combinação das "causas nobres" com essas novas idéias, reforçadas pelo *slogan* "em nome da comunidade internacional", abertura para todos os pleitos e motivações das ONGs, traz à tona uma perigosa tendência de se impor o intervencionismo como um modo normal e legítimo de atuação internacional, contrapondo-se a normas jurídicas consagradas pelo direito internacional, ao princípio de autodeterminação dos povos e das nações e ao sagrado exercício da soberania em toda a sua plenitude.

O PROCESSO

Os facilitadores

Chamaremos de "facilitadores" a todos aqueles aspectos que concorram favoravelmente para a integração da América do Sul como um todo ou que sirvam como uma etapa para se lograr aquele propósito.

O primeiro e mais importante de todos é, sem dúvida, a *vontade política*. Uma aspiração,

por mais que sejam os requisitos preenchidos, não se tornará possível sem o real desejo de seus governantes, estes, por sua vez, lídimos representantes das aspirações de seus povos. A vontade política, assim entendida, transcende a órbita do poder político para envolver todo o poder nacional.

A existência de tratados sub-regionais de abrangência, como o Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica, são manifestações evidentes da vontade política dos países da região em buscarem de forma conjunta uma solução para os problemas que lhes são comuns.

As novas tendências mundiais, globalização e regionalização, serviram de impulso para o aprofundamento das relações entre os países, ensejando a formação de blocos econômicos que se fortaleceram pela descoberta de outras afinidades que firmaram a vontade política de integração. Foi assim com o Mercosul e com a Comunidade Andina de Nações, que reuniram países com a mesma identidade geográfica, histórica, econômica e cultural.

O exemplo mais claro e mais recente da manifestação da vontade política de integração regional se deu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro do ano 2000, quando se reuniram em Brasília os presidentes dos 12 países da *América do Sul*. Evento de caráter histórico e pioneiro na região, o encontro resultou da convicção de que a contigüidade geográfica e a comunidade de valores levam à necessidade de uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos, em complementação a seu tratamento em outros foros regionais e internacionais, servindo ainda para reafirmar o espírito de entendimento e harmonia que marca a relação entre os países sul-americanos.

No âmbito de um esforço conjunto em favor da consolidação das liberdades democrá-

ticas da região, fundamentais para a superação de contenciosos e para o estabelecimento de novas parcerias, a reunião dos presidentes visou aproveitar a identidade dos projetos e metas de desenvolvimento para aprofundar a integração regional e fortalecer a posição da América do Sul frente aos desafios e dificuldades apresentados pelo processo da globalização.

Desde a saga da colonização e passando pelos processos de independência política no século XIX, a América do Sul tem uma *história comum e uma herança compartilhada de cultura e experiência humana*. O espaço sul-americano, caracterizado por grandes formações geográficas que atravessam e estabelecem continuidades entre vários países, como a Amazônia, os Andes e os Pampas, oferece extraordinária *base física* para os esforços de integração.

Os *interesses comuns*, como o fortalecimento da democracia, o avanço no desenvolvimento econômico e social, a integração econômica, a preparação para os desafios científicos e tecnológicos do século XXI e a garantia da segurança pública, somados aos *objetivos comuns* de fortalecimento nos organismos internacionais, superação dos problemas sociais e econômicos, busca de condições para enfrentar as barreiras protecionistas impostas pelos países desenvolvidos aos seus produtos e a inserção *numa* arquitetura financeira internacional estável e justa, traduzem grande motivação para o processo integrador.

Os *problemas comuns* também são motivos de aproximação, pois incentivam a busca de soluções conjuntas. A dificuldade de inserção unilateral dos países periféricos num mundo globalizado para atender aos interesses das grandes potências faz com que ditos países busquem seu fortalecimento por intermédio de *ampliação* de suas possibilidades, conformando blocos com identidade jurídica e capacida-

de de negociar em melhores condições. A necessidade comum de buscar saídas para os graves problemas sociais existentes, tais como as desigualdades entre as classes sociais; os altos índices de concentração de renda, a extrema pobreza da maioria das populações e o analfabetismo são uma dura realidade regional.

A cobiça internacional pela Amazônia, o combate aos crimes transnacionais, notadamente o narcotráfico, o terrorismo e o contrabando, a segurança hemisférica são *preocupações comuns* que tem levado a uma crescente integração estratégica dos países sul-americanos.

A *estabilidade política, a prevalência dos regimes democráticos e a superação definitiva de diferendos territoriais* também podem ser apontados como facilitadores da integração. A América do Sul redemocratizada, afastada dos principais focos de tensão mundial, com baixos índices de despesas militares, livre de armas nucleares, *sem conflitos étnicos ou religiosos*, e onde os poucos contenciosos entre Estados têm sido resolvidos pela via negociada, destaca-se hoje como o continente mais pacífico do mundo. Com esta convicção, os presidentes da América do Sul reafirmaram em Brasília sua adesão ao princípio da solução pacífica e negociada de controvérsias e acordaram criar uma Zona de Paz Sul-Americana.

A vocação da América do Sul é a de ser um espaço econômico integrado, em função da *complementaridade das economias*. Oitenta por cento das suas necessidades estão contidas no seu próprio território. Constituir-se num *mercado ampliado* pela eliminação de entraves de obstáculos ao comércio e pelo aprimoramento das conexões físicas em transportes e comunicações fortalecerá a inserção sul-americana nas diversas correntes de capital, mercadorias e tecnologia que desenham o panorama da economia política internacional contemporânea.

Nesse sentido, a convergência do Mercosul ampliado e a Comunidade Andina, com a aproximação da Guiana e do Suriname, que já começa a ocorrer, poderão se tornar a espinha dorsal da América do Sul como um espaço econômico ampliado.

Por fim, podem ainda ser citados como facilitadores: o *domínio dos dois grandes oceanos*, que abre as portas da América para o mundo; a facilidade de comunicação entre os países e seus povos pela *identidade de idiomas*, o português e o espanhol; e, por último, a prevalência da *religião católica* no continente, do cristianismo que não aponta dissidências radicais ou fundamentalismos.

Os óbices

Definiremos óbices como os obstáculos de toda ordem que venham a impedir ou dificultar o processo de integração sul-americana.

O primeiro a ser levantado é fruto da herança histórica do bolivarianismo, aquele sentimento a que denominamos genericamente de *hispanidad*, responsável por uma desconfiança secular em relação ao Brasil, o gigante sul-americano praticamente desconhecido para os seus vizinhos até o recente advento da globalização. Este sentimento gerou nos países de origem espanhola uma percepção distorcida de que o Brasil seria um país de vocação imperialista, com espírito expansionista, desejo de conquistas territoriais para chegar ao Pacífico e outros dogmas, fruto do dimensionamento atingido pelo Brasil com a expansão da linha de Tordesilhas e dos tratados que definiram as últimas linhas da nossa fronteira.

A mesma geografia que favorece a integração física pela interação dos espaços comuns apresenta obstáculos que dificultam uma maior aproximação entre o Brasil e alguns dos seus vizinhos, tais como a Cordilheira dos Andes e a

Amazônia, acidentes que contribuíram durante muito tempo para que o Brasil permanecesse debruçado sobre o Atlântico e seus vizinhos de oeste voltados para o Pacífico. Reflexo desta realidade é que ainda não existe uma ligação física efetiva entre esses países e o Brasil, mais de dois séculos após suas independências.

O sistema colonial espanhol e o processo de independência das nações latino-americanas deram origem a vários contenciosos territoriais, que por vezes levaram algumas nações ao recuo último da guerra, deixando cicatrizes na alma de seus povos. Assim sendo, permanecem até os dias de hoje algumas *áreas de fricção política* no continente sul-americano, referentes a diferendos territoriais, que convenientemente explorados por interesses políticos podem ainda levar a crises de instabilidade. Destacamos, entre estas, as questões fronteiriças entre a Venezuela e a Colômbia, entre a Venezuela e a Guiana (Essequibo), entre o Peru e o Equador (Cordilheira do Condor) e a "saída para o mar" reivindicada pela Bolívia junto ao Chile.

São crescentes os óbices decorrentes dos *interesses nacionais das potências hegemônicas*, as quais, na intenção de manter o *status quo*, procuram exercer pressões de toda ordem para inviabilizar projetos nacionais e sul-americanos que contrariem aqueles interesses. No campo econômico, tais pressões se refletem nas medidas protecionistas que as potências adotam para preservar seus mercados.

A ocorrência dos ilícitos transnacionais, particularmente o crime organizado e o narcotráfico, ensejou a adoção do "Plano Colômbia" e a conseqüente materialização da presença militar norte-americana naquele país, objetivo declarado desde a desativação do Comando Sul, no Panamá. A "regionalização" do Plano Colômbia criará a oportunidade para a expansão da presença dos Estados Unidos nos Andes

e até na Amazônia, comprometendo a integração regional. Nesse sentido, é oportuno registrar que se encontra em fase de amadurecimento nos Estados Unidos a "Iniciativa Regional Andina", estratégia que prevê exatamente a possibilidade de ampliação da dimensão internacional do conflito interno colombiano.

Outro obstáculo à integração está consubstanciado nas próprias *crises políticas internas* que alguns países atravessam, mergulhados em campanhas político-partidárias para as eleições no próximo ano, denúncias de corrupção e desgaste do atual governo. A estes aspectos agregam-se o baixo nível de educação e de participação política de suas populações, o que concorre para uma baixa priorização dada ao assunto.

A *atração exercida pelos Estados Unidos* faz com que vários países busquem incrementar parcerias e negociações bilaterais com aquele país, criando uma certa relação de dependência e dificultando sua inserção no processo de integração sul-americana.

Outro aspecto a destacar é a presença, no território sul-americano, de uma colônia européia, a Guiana Francesa, que funciona como um enclave extracontinental e pode servir de plataforma para a implementação de um laboratório de idéias nascidas na Europa e antagônicas aos interesses dos países da região. É oportuno lembrar que o autor da idéia de "internacionalização da Amazônia" foi o ex-Presidente da França, François Mitterrand.

Por fim, o processo em andamento para a implantação da Alca em 2005, objetivo primeiro da política externa norte-americana, deixa pouco tempo para a negociação da integração sul-americana em bases sólidas, como desejaram os presidentes na Reunião de Cúpula de Brasília. Este fato se agrava com o curso da crise argentina, que é uma crise de

todo o Mercosul, pois retarda as articulações deste Mercado com a Comunidade Andina e demais parceiros sul-americanos.

As estratégias

Com o concurso dos aspectos facilitadores, os países sul-americanos devem implementar as estratégias para enfrentar os óbices e permitir a integração regional que resultará em seu fortalecimento. Algumas estratégias que se impõem são:

- O fortalecimento do Mercosul;
- O fortalecimento de parcerias isoladas, em curso entre nações sul-americanas;
- Aproximação do Mercosul com a Comunidade Andina, Guiana e Suriname;
- A identificação e a realização dos eixos de desenvolvimento e projetos-chave de integração física;
- O incremento de relações com a União Européia, China, Japão e outros mercados de interesse;
- A transformação do Tratado de Cooperação Amazônica em Organização, o que lhe dará respaldo jurídico para o enfrentamento das questões amazônicas;
- A eleição do Brasil, potência ascendente sul-americana, como o gerenciador do processo.

O papel do Brasil

O Brasil, por sua dimensão territorial e pelo fato de compartilhar fronteira com nove vizinhos, é o único país capaz de atuar como elemento integrador das vertentes sul e norte do continente, e de agir como articulador do espaço sul-americano, trabalhando sem qualquer pretensão hegemônica, no sentido de promover a estabilidade e a cooperação regionais em todos os campos, inclusive o estratégico-militar. É o país de maior peso específico e de maior capacidade arregimentadora, com relações fluidas e crescentes com todos os demais, sem contenciosos de qualquer natureza.

O Brasil é uma democracia estável que reúne todas as condições de potência ascendente. Sua extensão territorial corresponde a cerca de 50% da região, bem como o seu Produto Interno Bruto. Possuidor de um mercado de 160 milhões de habitantes, é um expressivo parceiro comercial para qualquer dos centros mundiais de poder econômico. O seu papel hegemônico no contexto sul-americano é, pois, consensado. Como já ocorre naturalmente no âmbito do Mercosul.

A vontade política brasileira está explicitada no texto constitucional, que, no parágrafo único do Artigo 4º, assim manifesta: "*A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.*"

O conceito de América Latina diluiu-se no Itamaraty para dar prioridade ao de América do Sul, hoje a área mais importante para a política exterior do Brasil. O Brasil promove um diálogo intenso com todos os países, visando ao estreitamento dos interesses comuns. No cenário sul-americano, o Brasil é o ator mais importante, cumprindo-lhe o papel de condutor do processo de integração.

CONCLUSÃO

Analisados o cenário internacional, a situação atual dos países sul-americanos e de seus blocos regionais em conformação, os aspectos facilitadores e os óbices à ampliação dessa integração, verifica-se que a visão de um amplo sistema regional sul-americano deve partir, fundamentalmente, do grau de liderança assumido pelo Brasil dentro do Mercosul e da sobrevivência e fortalecimento deste, para que ele se constitua no núcleo organizador de um sistema ampliado. A formação desse sistema se reveste,

ao mesmo tempo, da mais alta relevância para todos os países da região e de plena viabilidade.

No que se refere à *relevância*, as precedentes considerações relativas ao Mercosul e a sua decisiva importância para os países membros, não apenas econômica, mas particularmente política, se aplicam, igualmente, para os demais países do continente, tanto individualmente quanto em conjunto. Um sistema regional sul-americano seria um Mercosul em grande escala. Proporcionaria aos partícipes uma extraordinária ampliação dos seus mercados. Dar-lhes-ia uma oportunidade única de elevar, dentro das condições favorecedoras desse mercado ampliado, a competitividade dos seus sistemas produtivos. E lhes asseguraria um poder internacional de negociação incomparavelmente superior ao que pudessem ter individualmente, abrindo-lhes condições para terem acesso, no quadro da estratificação internacional do poder, ao patamar dos países relativamente autônomos.

A *viabilidade* de formação desse sistema, sem embargo de inúmeros e complexos problemas a serem especificamente considerados, resulta do fato de que, na América do Sul, a identidade cultural básica dos países da região tem, como contrapartida, níveis equiparáveis de desenvolvimento de significativas facilidades físicas de intercomunicação. Pelo ocidente, os países dispõem, ademais de extensa rede rodoviária, da navegação pelo Pacífico. Pelo oriente, se articulam, rodoviariamente, tanto entre si como através do Brasil que, salvo no caso do Chile, tem fronteira comum com todos os demais.

A formação de um sistema regional sul-americano requer, como etapa inicial, um *amplo acordo de cooperação econômica e política* entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Como no caso do Mercosul, a viabilidade de um sistema regio-

nal sul-americano depende de uma deliberação política básica: a de recusar a absorção individual dos países da região pela Alca. Essa deliberação, por sua vez, requer uma objetiva análise do custo-benefício que decorreria da absorção dos países sul-americanos pela Alca, comparativamente ao regime de custo-benefício que lhes adviria da formação de um sistema sul-americano.

Uma integração sul-americana, dada à relativa equivalência de competitividade do sistema produtivo dos países da região, estimularia vigorosamente os intercâmbios intra-setoriais, tanto na indústria como na área de serviços, notadamente no tocante aos sistemas elétricos e às redes de transporte do continente.

No horizonte até 2005, a significação de um sistema regional sul-americano, caso o projeto se constituir, dependerá da medida em que não se deixe absorver pela Alca. Vencido esse importante desafio, a significação de tal sistema, em longo prazo, dependerá do tipo de ordem mundial que venha a se configurar, até meados do século XXI. A prevalecer a multipolaridade, abrir-se-á para tal sistema, por um lado, um espaço incomparavelmente maior para o desenvolvimento nacional de seus membros. Por outro, dependendo da medida em que os países participantes logrem um significativo desenvolvimento, um sistema regional sul-americano tenderá, necessariamente, no longo prazo, a ter acesso ao patamar superior.

Do exposto, podemos concluir que a integração sul-americana é, ao mesmo tempo, uma resposta aos desafios impostos pela globalização e uma estratégia para os enfrentamentos advindos com a implantação da Alca. Portanto, deve ser encarada como um urgente imperativo geopolítico, para que os países sul-americanos possam prover com plena soberania nacional e dignidade para os seus povos a sua inserção no mundo do século XXI. ☉

Referências bibliográficas

- CAMBESES Jr, Manuel. Aspectos da Conjuntura Internacional. LS 835/00-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "O Brasil e uma nova América do Sul". Artigo do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal *Valor Econômico*, São Paulo, 30 de agosto de 2000.
- CASTRO, Therezinha de. Organização das Nações Unidas. LS 824/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- CÓRTEZ, Marcos Henrique Coimbra. Fundamentos das relações internacionais e conceitos de atuação no campo externo. LS 837/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- JAGUARIBE, Hélio. A América do Sul no atual sistema internacional. Conferência pronunciada no Seminário sobre a América do Sul, Instituto Rio Branco. Brasília, 31 de julho de 2000.
- LAFER, Celso. A organização do espaço sul-americano: seu significado político e econômico. Conferência de abertura do Seminário sobre a América do Sul, Instituto Rio Branco, Brasília, 31 de julho de 2000.
- LAMPREIA, Luis Felipe. "O futuro do Mercosul". Artigo publicado no jornal *O Globo*, Opinião, Rio de Janeiro, 20 de junho de 2001.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. Amazônia: pressões e desenvolvimento. LS 805/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado de Brasília. Departamento das Américas. Brasília, 31 de agosto de 2000.
- PULSO LATINO-AMERICANO. Suplemento mensal especial do jornal *O Globo*, editado pelo Grupo Diário das Américas. Rio de Janeiro, março a julho de 2001.
- SANTOS, Jorge Calvário dos. Globalização. LS 816/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- SIMÕES, Antonio José Ferreira. "O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio". Artigo publicado na *Revista de Política Exterior*, Edição de agosto/setembro de 2000.
- VILLAGARCIA, Juan Autero: monografia. Influência da globalização sobre a integração sul-americana. ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001

Luís Felipe de Castilhos Goyeochêa

**O Espírito Militar
na Questão Acreana**



Biblioteca do Exército Editora

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

O Espírito Militar na Questão Acreana

Luís Felipe de Castilhos Goyeochêa

A obra faz renascer no público leitor o conhecimento de importante fato da formação territorial brasileira.

Analisa com detalhes suas causas, concluindo pelas conseqüências do fato e a anexação do Acre ao solo brasileiro.